

17/10/2022

Foi realizada, nesta segunda-feira (17), a solenidade da posse dos oito novos desembargadores federais do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5), que passou de 15 para 24 integrantes. A ampliação, a maior na história da Corte, aconteceu por conta da Lei de número 14.253/2021. Cerca de 600 pessoas estiveram no evento, que teve a abertura feita pelo presidente do TRF5, Edilson Pereira.

Os oito novos desembargadores, empossados oficialmente em uma sessão extraordinária no dia 16 do mês passado, foram distribuídos em três categorias: antiguidade, merecimento e vaga do Ministério Público Federal (MPF).

Francisco Alves dos Santos Júnior, Sebastião José Vasques de Moraes e Germana de Oliveira Moraes foram empossados pelo primeiro critério; enquanto Joana Carolina Lins Pereira, Leonardo Resende Martins, Frederico Wildson Dantas e Leonardo Augusto Nunes Coutinho foram pelo segundo. Rodrigo Antônio Tenório Correia da Silva foi nomeado através da vaga destinada ao MPF, "casa" dele desde o ano de 2005. Uma outra vaga (a 9ª da ampliação), também via Ministério, ainda não foi preenchida.

As posses de Germana Moraes e Joana Carolina, aliás, são a concretização de um marco histórico no TRF5: a estreia de duas magistradas de carreira na condição de desembargadoras federais. Antes delas, Margarida Cantarelli havia sido a primeira mulher a fazer parte do colegiado do Tribunal, porém, vinda pela vaga da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Em seu discurso na solenidade, Germana Moraes resgatou esse dado e exaltou a caminhada feminina na direção de cargos de liderança dentro da esfera judicial. Em tom poético, ela iniciou sua fala resgatando uma leitura que fez recentemente.

"Plantar nos ensina a sabermos ter paciência. A vida é passo a passo. Foi o que li na crônica semanal da escritora cearense Ana Miranda. Dia dois de setembro de 1991 dei um passo para ingressar na justiça brasileira. Fui a primeira mulher a ingressar como juíza federal na quinta região. Agora, tenho um novo pioneirismo feminino ao lado da minha colega Joana Carolina. É uma alegria. Essa satisfação é dobrada por conta da consolidação da liderança feminina na justiça brasileira", disse.

Presenças marcadas

Autoridades políticas estiveram na solenidade desta segunda-feira. Entre elas: o governador de Pernambuco, Paulo Câmara; o prefeito do Recife, João Campos; o presidente da Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE) e deputado federal (PSB), Eriberto Medeiros; o prefeito de Maceió, João Henrique Caldas; a governadora do Ceará, Izolda Cela; o senador Fernando Bezerra Coelho (União Brasil) e o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP).

Conheça, abaixo, quem são os oito novos desembargadores, por ordem de antiguidade

Francisco Alves | Critério: antiguidade

Juiz federal há 34 anos, o cearense Francisco Alves dos Santos Júnior é bacharel em direito pela Universidade de São Paulo (USP) e mestre em Direito Público pela **Universidade Federal de Pernambuco** (UFPE)

, com dissertação na área de direito tributário. Magistrado mais antigo na 5ª Região, vinha exercendo a titularidade da 2ª Vara Federal de Pernambuco, no Recife, desde 1989.

Sebastião Moraes | Critério: antiguidade

Bacharel formado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) em 1975, Sebastião José Vasques de Moraes ingressou na magistratura federal em 1988 e vem atuando como juiz titular da 4ª Vara Federal de Alagoas, em Maceió, desde a sua implementação, em 1989. Em sua carreira como magistrado, foi diretor do Foro da Seção Judiciária de Alagoas e presidente da Turma Recursal Federal de Alagoas. Também exerceu os cargos de desembargador eleitoral e corregedor-regional do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (TRE/AL), por mais de dois biênios, e foi membro titular do Conselho Penitenciário daquele estado, entre os anos de 2015 e 2017.

Germana Moraes | Critério: antiguidade

Juíza federal no Ceará desde 1991, Germana de Oliveira Moraes tem graduação e mestrado em direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e doutorado em ciências jurídico-políticas pela Universidade de Lisboa. De 2005 a 2007, integrou a primeira gestão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), tendo participado da coordenação de projetos nacionais de instalação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e do Movimento pela Conciliação. Professora titular emérita de direito constitucional da Universidade Federal do Ceará (UFC), Germana Moraes foi representante, na América Latina e no Caribe, da Associação Internacional de Mulheres Juízas e, atualmente, faz parte do programa Harmonia com a Natureza das Nações Unidas.

Joana Carolina Lins Pereira | Critério: merecimento

Bacharel em direito pela **Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)**, com mestrado em direito público pela mesma instituição, Joana Carolina Lins Pereira foi técnica judiciária do TRF5, procuradora do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), advogada da União e procuradora da Fazenda Nacional. Ela ingressou na magistratura federal em 2001, em Pernambuco, e foi promovida a juíza federal titular em 2003, tendo atuado em diversas varas até assumir a 12ª Vara do Recife. A magistrada foi diretora do Foro da Seção Judiciária de Pernambuco por três mandatos consecutivos, durante seis anos, e juíza auxiliar da presidência do TRF5 por um período de quatro anos. Antes de ser nomeada desembargadora, era coordenadora do Centro de Inteligência da Justiça Federal em Pernambuco.

Leonardo Resende | Critério: merecimento

Juiz federal desde 2001, Leonardo Resende Martins é mestre em direito pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM) e bacharel em direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Juiz titular da 6ª Vara Federal no Ceará, foi juiz auxiliar da presidência do TRF5, no biênio 2015/2017, e diretor do Foro da Seção Judiciária do Ceará, nos biênios 2011/2013 e 2013/2015. Também atuou como coordenador do Laboratório de Inovação da Seção Judiciária do Ceará e do Núcleo da Escola de Magistratura Federal da 5ª Região (Esmafe) naquele estado. Atuou ainda como desembargador federal substituto no TRF5, em diversas ocasiões, nos anos de 2017, 2018, 2020 e 2022.

Frederico Wildson | Critério: merecimento

Natural de Salvador (BA), Frederico Wildson da Silva Dantas formou-se em direito pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e obteve os títulos de mestre (2003) e doutor (2010) na **Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)**. Ele ingressou na magistratura federal em 2002 e, já em 2004, foi promovido para o cargo de juiz federal titular da 7ª Vara de Alagoas, pelo critério de merecimento. Ao longo de sua carreira, exerceu diversas funções de direção e administração. Desde 2015, exercia a titularidade da 3ª Vara Federal no mesmo estado. Frederico Wildson atuou no TRF5 como desembargador federal convocado em várias ocasiões, de 2007 a 2021, tendo substituído diversos membros da Corte.

Leonardo Coutinho | Critério: merecimento

Leonardo Augusto Nunes Coutinho graduou-se em direito em 2001, pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Em 2014, concluiu mestrado em direito, pela Universidade Federal Fluminense (UFF), em parceria com o Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal (CEJ/CJF). Assumiu o cargo de juiz federal substituto da 1ª Região em 2007, sendo removido para a 5ª Região três anos mais tarde. Atuou em diversas varas, nos estados do Piauí, Ceará, Paraíba e Pernambuco. Promovido a juiz titular em 2012, por merecimento, esteve à frente da 14ª Vara do Recife (Juizado Especial Federal) desde 2016. A partir de 2017, foi convocado em mais de 20 ocasiões para atuar no TRF5, em substituição a nove dos desembargadores federais da Corte.

Rodrigo Tenório | Vaga destinada ao MPF, pelo quinto constitucional

Procurador da República desde 2005, Rodrigo Antônio Tenório Correia da Silva atuava na Procuradoria da República em Pernambuco, quando foi nomeado para ocupar a vaga destinada aos membros do Ministério Público Federal (MPF), pelo 5º Constitucional, tendo sido o mais votado na lista tríplice formada pelo Pleno do TRF5. Graduado em direito pela Universidade de São Paulo (USP) em 2001, Tenório concluiu o mestrado na Harvard Law School, nos Estados Unidos, em 2009. Em fevereiro de 2022, obteve o título de doutor pela Faculdade de Direito da **Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)**, com nota máxima em sua tese. É autor de livros nas áreas de direito eleitoral e penal e também sobre o regime previdenciário do servidor público.

[Link da Matéria](#)